



**DA BOCA DO POVO, NA LÍNGUA ERRADA DO POVO, LÍNGUA CERTA DO POVO”:
(A DISCUSSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA IMPRENSA ENTRE 1922 E 1955).
“FROM THE MOUTH OF THE PEOPLE, IN THE WRONG LANGUAGE OF THE PEOPLE, THE
RIGHT LANGUAGE OF THE PEOPLE”: (THE DISCUSSION OF THE PORTUGUESE
LANGUAGE IN THE PRESS BETWEEN 1922 AND 1955).**

ELIZABETH DA SILVA¹

Resumo

Para Antonio Candido e Afrânio Coutinho, o nacionalismo artístico foi uma marca das letras brasileiras, pois correspondia à busca por uma identidade nacional. No plano linguístico, os escritores brasileiros defenderam “a língua brasileira” como um elemento de emancipação política e de autonomia cultural. O presente trabalho visa mostrar, por meio de excertos de jornais e suplementos literários do século XX, como, após a independência política do Brasil em 1822, a literatura foi utilizada como um instrumento para se forjar a independência linguística. Estes debates, que atravessam o século XIX, tiveram a Semana de Arte Moderna como ápice. O Modernismo brasileiro modificou o modo de ver e de pensar a literatura e a língua. No século XIX, a invenção da “língua brasileira” torna-se uma bandeira, pois a norma portuguesa tornara-se um obstáculo para afirmação nacional. Na década de 1950, nos suplementos literários brasileiros e portugueses, tais debates ainda encontraram ressonâncias.

Palavras-chaves: Língua portuguesa; Suplementos literários; Circulação de ideias; História cultural luso-brasileira.

Abstract

For Antonio Candido and Afrânio Coutinho, artistic nationalism was a trademark of Brazilian letters, as it corresponded to the search for a national identity. At the linguistic level, Brazilian writers defended “the Brazilian language” as an element of political emancipation and cultural autonomy. This work aims to show, through excerpts from newspapers and literary supplements from the 20th century, how after Brazil's political independence in 1822, literature was used as an instrument to forge linguistic independence. These debates that lasted throughout the 19th century culminated in the Modern Art Week. Brazilian modernism changed the way we see and think about literature and language. In the 19th century, the invention of the “Brazilian language” became a flag, as the Portuguese norm became an obstacle to national affirmation. In the 1950s, in Brazilian and Portuguese literary supplements, such debates still found resonance.

Keywords: Portuguese language; Literary supplements; Circulation of ideas; Luso-Brazilian cultural history.

¹ Doutoranda em Estudos Portugueses: Área de Especialização: História do Livro e Crítica Textual, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH NOVA). Bolsista da Fundação para Ciência e Tecnologia, de Portugal - FCT/PT (SFRH/BD/145768/2019). Pesquisadora Integrada do Centro de Humanidades (CHAM FCSH NOVA) e membro do Grupo de Investigação em Informação, Leitura e Formas de Escrita do CHAM NOVA FCSH. E-mail: elizabeth.olegario@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3718-2966>.

Editores, escritores e jornalistas, desde o século XIX, imaginaram um universo virtual, mas nunca cumprido, de leitores e compradores dos mesmos livros e jornais. Este universo comum imaginado tinha como veículo a língua portuguesa. A língua é um espaço comum, é um elemento de aproximação, mas é também um território de disputa de poder e de incompreensão.

Olhamos para a imprensa, para o modo como ela discute e assume aqueles que são os problemas da cultura em língua portuguesa e, neste caso específico, a própria língua como questão. Um tema que atravessa os séculos XIX e XX, mas que tem um foco de discussão acesa entre os anos 20 e 50 do século XX, quando está em causa a norma sintática e ortográfica, quando essa norma se afasta e quando se assume, tanto as diferenças de uso que já existem, quanto a necessidade de assumi-las política e literariamente. Neste processo, o papel dos intelectuais e das suas revistas, após o centenário da independência do Brasil e da Semana de Arte Moderna, será ponto de referência para toda a discussão posterior.

Arnaldo Saraiva, no ensaio *A Língua Portuguesa e o Modernismo Brasileiro (o exemplo de Carlos Drummond de Andrade)*², dirá que “Por volta de 1920, diversas circunstâncias se conjugam para que nos meios intelectuais das principais cidades brasileiras se esboce uma certa reacção contra Portugal e os portugueses”. (Saraiva, 1970, p.623).

Como escrevia em 1947, Tristão de Athayde³,

O nosso Modernismo foi antes e acima de tudo, anti. Foi anti-clássico, anti-romântico, anti-parnaziano, anti-simbolista, anti-burguês e anti-luzitano. Foi contra tudo que representasse uma tradição, um passado, uma permanência. (*A Manhã*, 24/8/1947, p.4)

Para Arnaldo Saraiva, esse suposto antilusitanismo que marcou os anos 20, como insiste mais tarde Tristão Athayde, suscitou como central o problema da língua portuguesa e uma norma que se tornara um obstáculo para afirmação nacional:

Os modernistas de 22 inventaram “de dia prá noite a fabulosíssima *língua brasileira*”. O autor desta frase, escrita em 1942, foi exactamente a personalidade que na década de 20 mais batalhou pela “língua brasileira”: Mário de Andrade. Nas cartas aos seus inúmeros correspondentes, não cansava de insistir na necessidade de “abrasileirar” a língua literária do Brasil, e referia-se com frequência à aventura em que ele se empenhara de “estilizar o brasileiro vulgar” – Aventura essa que o levaria a escrever o “manifesto linguístico” que é o romance *Macunaíma*. Muitos escritores vieram a apoiar a campanha conduzida - e, pode dizer-se, iniciada - por Mário de Andrade. Em 1923, Menotti del Picchia – que celebrou num poema o “nascimento” da “ágil, acrobática, sonora e rica e fidalga” língua brasileira – já falava na existência de uma “gramática

² SARAIVA, Arnaldo. *A Língua Portuguesa e o Modernismo Brasileiro (o exemplo de Carlos Drummond de Andrade)*. In: *Arquivos do Centro de Cultural Português*. V. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1970, p.623

³ATHAYDE, Tristão. “Neo-Modernismo”. *A Manhã*, 24/8/1947, p.4. Disponível em: Letras e Artes : Suplemento de A Manhã (RJ) - 1946 a 1954 - DocReader Web (bn.br). Acesso 26 de junho de 2023.

brasileira”, que só faltava codificar. Pouco tempo depois, Cassiano Ricardo proclamava: “O Brasil é uma nação livre, logo deve ter uma língua própria”. E Graça Aranha insistiu, na já referida conferência da Academia, em que era necessário “alargar a separação” linguística e literária de Portugal e do Brasil. (Saraiva, 1970, p.624-625).

Apesar de todos esses discursos, salvo algumas exceções, o “antilusitanismo”, não era o primeiro aspecto nas “atitudes” linguísticas dos modernistas brasileiros, “mas a necessidade urgente de trazerem para a realidade uma literatura e uma língua que dela se afastavam cada vez mais”. (Saraiva, 1970, p.625). Essa “necessidade faz-se sentir dentro de um país, dentro da mesma literatura e da mesma língua sempre que estas abandonam ou desprezam os domínios da *parole* para se instalarem nos domínios da *langue*”. (Saraiva, 1970, p.625).

Como dirá Ribeiro Couto, não foi a leitura dos grandes livros da humanidade, mas a rua, os falares e a infância dos meninos do morro do Curvelo, entre 1920 e 1930, que levou Manuel Bandeira a rememorar sua infância na Rua da União, em Recife. Posteriormente, o autor de *Estrela da Manhã* esclarece que foi o Morro do Curvelo que amadureceu o poeta que Bandeira viria a ser. No poema *Evocação do Recife*⁴, presente no livro *Libertinagem* (1930), livro escrito durante a sua estadia no Morro do Curvelo, dizia Manoel Bandeira:

[...] A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada.

No prefácio ao livro *Pau Brasil*⁵, de Oswald de Andrade, Haroldo de Campos⁶ explica que “O Brasil intelectual das primeiras décadas [do século XX] era um Brasil trabalhado pelos ‘mitos do bem dizer’” (Mário da Silva Brito), no qual imperava o “Patriotismo ornamental” (Antonio Candido). Os versos de Bandeira ironizam este bem dizer, macaqueamento da sintaxe lusíada.

Os modernistas recuperam os múltiplos falares e trazem para o espaço elitista da literatura recortes da realidade sociolinguística do português falado no Brasil, desestabilizando-o. No

⁴BANDEIRA, Manuel. *Evocação do Recife*. In: _____. *Poesia Completa e Prosa* (Volume único). Biblioteca Luso-Brasileira. Série brasileira. Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1998. p.213.

⁵ ANDRADE, Oswald de. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade), p.8.

⁶ CAMPOS, Haroldo de. *Uma poética da radicalidade*. In: Oswald de Andrade. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade).

poema “*Falação*”⁷, diz Oswald de Andrade: “[...] Contra o gabinetismo, a palmilhação dos climas. /A língua sem arcaísmos. Sem erudição. Natural e neo-lógica./A contribuição milionária de todos os nossos erros”.

Haroldo de Campos refere ainda, que no prefácio da primeira edição de *Pau Brasil* (1924), Paulo Prado via no livro de Oswald de Andrade. “a reabilitação do nosso falar cotidiano, *sermo plebeius* que o pedantismo dos gramáticos tem querido eliminar da língua escrita⁸”. Esta atitude radical com a linguagem se pode constatar também no poema “*vício de fala*”⁹

Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para pior pió
Para telha dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados.

As ondas de choque desses anos vão sentir-se durante décadas e vão estar presentes nos jornais e suplementos de meados do século XX. A vantagem destes suplementos está em que materializam espaços de discussão, nos dois lados do Atlântico. Wilson Martins no artigo *Filologia Portuguesa*¹⁰, publicado no *Suplemento Literário*, do jornal *O Estado de São Paulo* explica as mudanças operadas pelo Modernismo. De acordo com o crítico, abandonam-se a luneta e os limites gramaticais, por uma mentalidade filológica:

[...] o Modernismo deixou, também no campo da meditação filológica, os seus resultados positivos e salutares: houve um alargamento de horizontes; o fenómeno linguístico passou a ser considerado científica e inteligentemente; a noção de “evolução” instalou-se para sempre em todos os espíritos; o “português do Brasil”, se não é um dialecto como queria Leite de Vasconcelos [não o é, nem científica, nem materialmente, apesar da grande autoridade desse e do sr. Gladstone Chaves de Melo, que o defende], passou a ser estudado em si mesmo, como qualquer coisa diferente do “Português de Portugal”; a ideia de língua como entidade autónoma cede lugar à concepção da linguagem como “uma criação indissolivelmente ligada ao espírito humano e a sociedade. (*O Estado de São Paulo*, 19/10/1957, p.2)

Martins estava a escrever sobre a publicação de dois livros de filologia publicados no Brasil, *Iniciação a Filologia Portuguesa*, de Glastone Chaves de Melo, e *Ensaio de Filologia Portuguesa*, de Serafim da Silva Neto:

O sr. Serafim da Silva Neto enche páginas e páginas do seu livro com uma polémica, desse género, em que o esclarecimento dos problemas ortográficos (no caso), deu lugar

⁷ ANDRADE, 2003, p.102.

⁸ ANDRADE, 2003, p.12.

⁹ ANDRADE, 2003, p.119.

¹⁰ MARTINS, Wilson. *Filologia Portuguesa. O Estado de São Paulo*, sessão: últimos livros, 19 de outubro de 1957, p.2. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br)

a ferozes retaliações na reputação do seu competidor; quanto ao senhor Gladstone Chaves de Melo, dirige expressamente seus livros aos charlatões, os gramatiqueros, os obsessos de erros de gramáticas de bitola estreitas. (*O Estado de São Paulo*, 19/10/1957, p.2)

Instrumento de afirmação da identidade nacional, num tempo de nacionalismos em todo o mundo, a língua é ferramenta nas mãos dos modernistas. Afrânio Coutinho, em *A Literatura como fator da Nacionalização Brasileira*¹¹, diz que a literatura foi um instrumento de afirmação do nacionalismo brasileiro e que “Ela teve um relevante papel em todo o longo processo de busca e encontro da identidade nacional, vale dizer, do caráter autônomo do brasileiro”. (Coutinho, s.d., p.204) O crítico explica ainda que a evolução do pensamento brasileiro desde o período da colonização tem por constante a progressiva nacionalização.

Entendo por nacionalização o processo intenso e persistente de busca da identidade nacional, de integração e globalização da realidade brasileira. [...] O processo de nacionalização brasileira consistiu antes em um movimento de afirmação nacional, de busca da própria identidade, de conquista de um caráter nacional, de afirmação de qualidades peculiares. E, diga-se de passagem, nem sempre se realizou contra outros povos. Pode-se mesmo afirmar que o nacionalismo brasileiro não é nacionalismo *contra*, porém um nacionalismo *a favor*. Um nacionalismo a favor das nossas peculiaridades nacionais de povo, de nação, de civilização-mestiça. (COUTINHO, s.d., p.204).

Na década de 1950, Antonio Candido, em *A Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*¹², explica que na segunda metade do século XVIII, período em que a literatura brasileira tornara-se um sistema literário e estético, o empenhamento para uma identidade era notório: “os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus”. (Candido, 2000, p.26). A propósito deste anseio, escreve Machado de Assis o ensaio crítico *Notícia da actual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*¹³, publicado em 1873, no jornal *Novo Mundo*, periódico editado ininterruptamente em Nova Iorque. Nele, o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* relata:

Quem examina a actual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas litterarias do pensamento buscam vestir-se com as côres do paíz, e não há negar que semelhante preocupação e symptoma de vitalidade e abono de futuro. [...] Reconhecido o instincto

¹¹ COUTINHO, Afrânio. *A Literatura como fator da nacionalização brasileira*. In: *Separata da Revista Arquivo Municipal*. Vol. CLXXXIV – XXXV. 201 a 220, São Paulo- Brasil. s.d., p.204

¹² CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2000, p.26 Disponível em 117023824-candido-antonio-formacao-da-literatura-brasileira-vol-1-e-2.pdf (wordpress.com). Acesso 23 de agosto de 2023.

¹³ ASSIS, Machado de. *Notícia da actual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*. *Jornal Novo Mundo*, 24 de março de 1873, p.107. Disponível em: per122815_1873_00030.pdf (bn.gov.br)

de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuimos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade litterária; esta investigação (ponto de divergência entre litteratos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escripto. Meu principal objecto é attestar o facto actual; ora, o facto é o instinto de que fallei, o geral desejo de crear uma litteratura mais independente. (*Jornal Novo Mundo*, 24/03/1873, p.107).

Afrânio Coutinho, no livro *A tradição afortunada*, relata que o debate crítico sobre a emancipação literária e mental do Brasil tem grande força no século XIX. Para ele, é neste século que “ficou estabelecido o *rationale* de pensamento crítico a respeito da noção de nacionalidade literária”. (Coutinho, 1968, p.181), e conclui:

Não se pode opor a menor restrição à tese de que a literatura do século XX é construída sobre o sentimento nacional ou instinto de nacionalidade, que lhe empresta o caráter e lhe imprime o enlace. Daí a importância que se deve dar ao pensamento crítico do século XIX, que o formulou e estabeleceu. (Coutinho, 1968, p.181).

Machado Assis reconhecia o instinto de nacionalidade como um traço da literatura brasileira, já Antonio Candido via o nacionalismo artístico como uma consequência das condições históricas do país, sendo, portanto, um processo natural dos povos desprovidos de autonomia. Adotamos a visão de Antonio Candido, segundo a qual a literatura brasileira, sendo inicialmente um ramo da literatura portuguesa, individualizou-se no século XIX¹⁴. O Arcadismo e o Romantismo foram, para Antonio Candido, os momentos decisivos para a formação de um sistema literário brasileiro, pois articularam autores, obras e públicos, estabelecendo, assim, uma tradição literária. Para o autor de *O Direito à Literatura*, desde o século XVI, o que se tinha eram “ralas e esparsas manifestações sem ressonância”. (CANDIDO, 2000, p.15). Em seu ponto de vista, é a partir da primeira metade do século XVIII, através do arcadismo e do romantismo, que a literatura brasileira vai se constituir enquanto sistema. Para o autor da *Formação da Literatura Brasileira*, o romantismo foi o momento de “tomada de consciência nacional” e a “(...) afirmar a autonomia no setor literário significava cortar mais um liame com a mãe Pátria”.¹⁵

Vemos em Antonio Candido, Afrânio Coutinho e Machado de Assis que o nacionalismo literário correspondia aos anseios dos escritores, muito antes da Semana de 1922. Correspondia à busca por uma identidade nacional e, nos anos 20 do século XX, o nacionalismo artístico

¹⁴ Esta ideia se contrapõem a visão de Afrânio Coutinho que defende que a literatura colonial “é tão brasileira quanto a da chamada fase nacional”. Para o autor, a literatura brasileira começou com a obra de Padre José de Anchieta. Ver: *A Tradição Afortunada (O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira)*. Jose Olympio Editora, São Paulo. 1968, p.169-170.

¹⁵ CANDIDO, 2000, p.281.

atingiu seu ápice. Mais que propor uma independência mental brasileira na literatura e nas artes, no plano linguístico, os escritores modernistas provocam uma emancipação sintática e lexical, ao aproximar a língua escrita e a língua falada.

Para Tristão de Athayde, os modernistas foram contra tudo o que representava a tradição. Já Antonio Candido, na revista *O Tempo e o Modo*,¹⁶ esclarece que os modernistas não vieram abolir a influência de outros países:

Pelo contrário, - pois os nossos modernistas, bem como os escritores de agora, são de modo geral mais informados e permeáveis a correntes internacionais do que a média dos predecessores. Mas como são mais autônomos e já encontram na cultura local uma continuidade ponderável de experiências e soluções fecundas, podem tratar as fontes estrangeiras sem a fascinação paralisadora de outrora e explorá-las com maior penetração, transformando-as em substância própria com uma eficácia que, no passado, era excepcional, mesmo nos altos talentos. Assim, vemos a olho nu as infiltrações de Byron e Musset num poeta romântico com Álvares de Azevedo; ou as de Zola e Eça de Queirós num romancista naturalista como Aluísio de Azevedo; mas só com boa lente e um micrótomo afiado poderemos avaliar quanto de Joyce andar (ou não andar) circulando nos tecidos de Guimarães Rosa. Por tais motivos, pode-se dizer que o Modernismo foi uma fase ao mesmo tempo de nacionalismo militante e sôfrega assimilação das contribuições externas - num movimento dialético criador. Isto é visível na obra de Mário de Andrade, como vimos, e também na do grande animador Oswald de Andrade. (*O Tempo e o Modo* caderno 1 [1967], p.83)

Para a construção da história do modernismo, Silva Brito utilizou como fonte histórica jornais e revista da época. Assinalando a importância dos suplementos literários, revistas e jornais, escreveu Adalmir da Cunha Miranda, no *Suplemento de Literário* de *O Estado de São Paulo*, o artigo *Mário em “Estética”*¹⁷.

As revistas e os jornais literários sempre desempenharam um papel de relevo na evolução da literatura brasileira. Entre as “Variedades ou Ensaios de Literatura” e as revistas que em 1922 e 1950 refletiram a problemática desenvolvimentista das nossas letras há um valioso repositório de elementos para o estudo da literatura brasileira. Não seria impropriedade admitir que possivelmente nas páginas das revistas de existências mais efêmeras, que enfrentaram maior vicissitudes para manter-se, será encontrada maior soma de subsídios para a compreensão dos nossos movimentos literários e surpreender-se-ão elementos que determinarão, com minúcias as dinâmicas da nossa **intelligentsia** literária. Infelizmente, durante longos anos, não se atribuiu a devida importância às fontes vivas representadas pelas revistas e muitos historiadores ou pesquisadores têm pecado pelo descaso às coleções antigas de periódicos literários. (*O Estado de São Paulo*, 6/12/1958, p.4.).

¹⁶ CANDIDO, Antonio. Movimento geral da literatura contemporânea. *O Tempo e o Modo*, 1.º série, Cad. 1: , pp. 83-88. Disponível em Revistas de Ideias e Cultura - O Tempo e o Modo - A Revista. Acesso 28 de junho de 2023.

¹⁷ MIRANDA, Adalmir da Cunha. “Mario em ‘Estética’”. Sessão: Literatura Brasileira. *Jornal O Estado de São Paulo* 6/12/1958, p.4. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso: 9 de agosto de 2023.

Cunha Miranda destaca a importância da revista *Estética* 3¹⁸, abril-junho de 1924, dirigida por Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda. Os impressos foram os espaços de iniciação literária de gerações e gerações de escritores de um lado e do outro do Atlântico. Palco de debates e espaço aberto ao diálogo crítico, as revistas literárias e os suplementos foram modos de acompanhar as novidades e os movimentos de ideias. Antes de publicar a *História do Modernismo Brasileiro*, pela Editora Saraiva, Mário da Silva Brito publicou uma série de textos sobre a Semana de Arte Moderna no *Suplemento Literário*, de *O Estado de São Paulo*. A obra é um dos primeiros esforços para se tentar compreender os movimentos que antecederam a Semana de Arte Moderna. No artigo *Pauliceia Desvairada*, publicado na sessão *Últimos Livros*, Wilson Martins escreveu:

Melancolicamente, eis que o Modernismo se transformou em História. Quem a escreve, pela primeira vez com a ambição da totalidade e com a simpatia que não exclui, antes aguça, a objetiva compreensão dos fatos, e o Sr. Mário da Silva Brito. (*O Estado de São Paulo*, 9/5/1959, p.2.).

O lançamento da *História do Modernismo Brasileiro* é noticiado na sessão *A Semana e os Livros*¹⁹, do suplemento literário do *Estado de São Paulo*, assinada por Rolmes Barbosa, no qual ele destaca o trabalho arquivístico feito pelo autor:

O trabalho do autor de **Biografia** sobre os acontecimentos que culminaram na famosa “Semana” (e do qual o volume ora lançado pela editora Saraiva é apenas a primeira parte), constitui o produto de dez anos de esforços, de busca em arquivos e coleções de jornais e revistas de outrora; de entrevistas com alguns dos principais responsáveis pela revolução modernista; de, enfim, coleta e coordenação de vasto material que, de outra maneira, provavelmente, estaria condenada ao desaparecimento. Aliás, somente no futuro poder-se-á avaliar devidamente o alcance da realização de Mário da Silva Brito. (*O Estado de São Paulo*, 7/2/1959, p.4).

Heteróclitos no plano linguístico, os modernistas foram contra o purismo linguístico, buscaram recuperar a historicidade do português falado no Brasil, que, ao longo do século XIX, era vetada pelos gramáticos puristas. Os modernistas vão recuperar os múltiplos falares para mostrar como a língua portuguesa é heterogênea. Wilson Martins, no artigo *Última Flor do Lácio*²⁰, publicado no *Suplemento Literário*, do jornal *O Estado de São Paulo*, conta que, ao

¹⁸Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda (direção). Revista *Estética* 3, abril- junho, 1925. Disponível em: 060053-3_COMPLETO.pdf (usp.br)

¹⁹ BARBOSA, Rolmes. “História do Modernismo Brasileiro”. Sessão: “A Semana e os Livros”. Jornal *O Estado de São Paulo*, 7 de fevereiro de 1959, p.4. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br) Acesso 8 de agosto de 2023

²⁰ MARTINS, Wilson. “Última flor do lácio”. *O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso 16 de junho de 2023.

longo de trinta anos, o Modernismo instaurou na vida literária um descrédito nos gramáticos e na Gramática:

Na década de 30, tudo se passava nos ginásios como se o Modernismo não houvesse ocorrido; mas, fora dos ginásios, aqueles mesmo alunos liam Mário e Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, José Américo de Almeida, Manotti del Picchia, e, até, escritores que não eram mais que “deviam ser”, modernistas a exemplo de Monteiro Lobato. Havia qualquer coisa de novo, evidentemente na literatura e na língua para além das teorias e das disputas, dos acertos e dos erros, dos exageros e temeridades, um “clima” novo, uma nova maneira de ser e de sentir compunham a atmosfera em que respirava a “mocidade das escolas (quero dizer, como sempre, aquela meia dúzia de alucinados que, em cada geração, constituem, para a futura história das ideias e do gosto, a “mocidade das escolas”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Embora houvesse resistência às mudanças conquistadas pelos modernistas, para Wilson Martins, o Modernismo modificou sensibilidades e pontos de vistas em matéria de literatura e língua, a tal ponto que a sua geração já não enxergava a literatura e a língua como a geração anterior à Primeira Guerra Mundial. “Porque o período anterior do Modernismo não é para nós a História, é já a Pré-História, pois o tempo mental não é cronológico: ele a reescreve à sua maneira”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2). Com um discurso irônico, relata a resistência dos gramáticos, face à mudança operada no modo de se pensar a norma da língua portuguesa falada e escrita no Brasil:

Aquela vida nas catacumbas dos colégios e dos programas foi suficiente para salvar, não a língua, mas o Português, a concepção que da Língua Portuguesa se fazem esses bravos oficiantes da Gramática que são os professores. Para eles, a Gramática não depende da Língua, mas, sim, a Língua depende da Gramática; e como não há Gramática, mas gramáticos, há tantas pequenas linguazinhas particulares quantos professores (em particular os que, por escreverem livros didáticos, acreditam adquirir, como isso, autoridade científica).(*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Acompanhamos, mais uma vez, nos suplementos, as tensões que se vão processar com a criação de novas disciplinas universitárias. A linguística só foi instituída, como disciplina no curso de Letras, no Brasil, dois anos depois da publicação deste artigo, isto é, nos anos 1960. No entanto, já nos finais dos anos 1940, Joaquim Mattoso Camara Júnior, aluno de Roman Jakobson, ministrou o primeiro curso de linguística do Brasil.

Ainda nesse artigo, Wilson Martins explica que, nos anos 20 do século XX, surgiu uma ilha de puristas que queriam sujeitar a literatura à língua, isto é, “queriam fazer depender da pureza linguística uma língua que nacionalmente já não era a nossa, a existência de uma literatura que sentíamos obscuramente dever ser nossa”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Passados trinta anos, ele afirma que os puristas voltaram com um novo nome, no entanto, voltaram mais pretensiosos: “Chamam-se hoje linguistas e filólogos, e já não desejam tanto imobilizar a língua quanto dirigi-la. Repletos de teorias e de nomenclaturas complicadas”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2), e que estes, ao aludirem à língua portuguesa, acreditavam estar a tratar da língua falada e escrita em Portugal:

[...] se se diz que as línguas evoluem, modificam-se através dos tempos e dos lugares (fato, entretanto, da mais elementar observação), respondem que se trata de uma concepção “biológica” dos fenómenos linguísticos, “inteiramente superada pela ciência” – Como se dar às coisas uma denominação pejorativa fosse explicá-las e como a ciência se divertisse em negar a realidade. Se mudaram terminologias e as ambições, a mentalidade continua a mesma, e infelizmente, os mais numerosos das linguistas continuam a ser, pura e simplesmente, gramáticos. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

O problema era que os linguistas continuavam a ser gramáticos e a sua reação não era contra a gramática. Ele acreditava que era preciso ter uma visão linguística da língua e não uma visão gramatical. Era necessário ter uma visão histórica da gramática e vê-la como mutável e dinâmica, pois assim é o funcionamento da língua. O autor de *A Crítica Literária no Brasil* afirma que, na história da língua, os gramáticos representavam uma força conservadora e, de modo simples, oferece o seguinte exemplo aos leitores do suplemento:

As línguas como nos navios, não possuem apenas estabilizadores, mas hélices propulsoras: com esta concepção náutica, e não mais “biológica” dos fenómenos linguísticos” podemos passar ao estudo “terrestre” do Sr. Barbosa Lima Sobrinho. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Na sequência, adentra a análise do livro *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*, de Barbosa Lima Sobrinho. Nesta obra, o autor defendia o “esforço para ‘unificação’ de um idioma comum ao mundo português” (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2), sustentava que Portugal e Brasil deveriam se unir em prol da mesma causa. Advogava a destruição do “complexo metropolitano de Portugal e o complexo colonial do Brasil” (pág.193) e que se considerasse a língua portuguesa como o “penhor da unidade” brasileira (pág.200)”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

De acordo com Martins, o livro de Lima Sobrinho é marcado por contradições, pois, ao mesmo tempo em que o autor defendia que não existia diferenças entre o português brasileiro e o português de Portugal, também admitia que “só os idiomas mortos se cristalizam em uma língua literária”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Do ponto de vista da sociolinguística, ao se trabalhar com a língua portuguesa, é preciso acostumar-se a olhá-la “como uma realidade heterogênea” e romper “com a imagem da língua

cultivada pela gramática tradicional e veiculada pela escola, imagem que homogeneiza a realidade linguística, cristaliza uma certa variedade como única”.²¹ Do ponto de vista linguístico, a língua portuguesa é um conjunto de variedades, logo a língua portuguesa falada e escrita no Brasil, em Portugal, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau devem ser vistas como resultado das experiências históricas e socioculturais de cada grupo, já que “todas servem para articular a experiência do grupo que as usa”²². Embora a sociolinguística tenha se estruturado apenas nos anos 60 do século XX, as pesquisas dialetológicas datam do início no século XIX e já apontavam a heterogeneidade como uma marca das línguas.

Para Wilson Martins, Lima Sobrinho, embora desejasse ser liberal e reagisse contra as forças reacionárias, não compreendia que a língua portuguesa falada e escrita no Brasil tinha características próprias e que a existência da língua portuguesa não dependia da unificação política dos diversos registros do português. É importante essa observação feita por Wilson Martins, ao reconhecer a plasticidade da língua portuguesa e a sua complexidade. Como já falamos, não há uma língua portuguesa homegênea, há normas que se vão diferenciando uma das outras a partir dos diferentes contextos de uso.

É este também o caso, por exemplo, do inglês e do francês, línguas que são o veículo oficial de comunicação de diferentes comunidades humanas, cada uma com sua diversidade e características, sempre influenciadas pelos contextos geográficos e socio-históricos.

Para Wilson Martins, as línguas estavam sempre evoluindo e frear a evolução da língua seria um atentado linguístico. Logo, para ele, as ideias defendidas no livro *A língua portuguesa e a unidade do Brasil* eram inaceitáveis. Em sua concepção, a universalidade da língua portuguesa não dependia da unificação política, nem linguística com Portugal, mas dependia da criação de obras universais. Dependia de que ambos os países alcançassem importância na esfera política e, ao se alcançar esta importância na esfera política, os demais países reconheceriam linguisticamente o valor e a necessidade de se aprender o português:

Assim o russo, falado apenas pelos russos, e o chinês apenas falado por chinês, são “línguas oficiais” dos organismos internacionais, obtiveram o reconhecimento político que nada tem de linguístico, antes do reconhecimento linguístico ou literário que nada tem de político; o mesmo acontece com o espanhol, pelo curioso erro de apreciação da importância política, geográfica ou demográfica, a que recentemente se referia o professor Roger Bastide; enquanto isso, o português, falado, teoricamente, por oitenta milhões de pessoas, numa área de dez milhões de quilômetros quadrados, continua, política e literariamente, do ponto de vista universal, língua morta. É que não basta à

²¹ FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica. uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.30. Disponível em: Faraco, Carlos Alberto - Linguística Histórica.pdf (usp.br). Acesso 01 de junho de 2024.

²² FARACO, 2005, p.33.

línguas, existir; é preciso que elas vivam. E as línguas vivem quando as suas nações representativas desfrutam de uma efetiva presença no campo do pensamento, na história da civilização. (*O Estado de São Paulo*, 15/11/1958, p.2).

Deste modo, para o autor, o destino do português poderia estar em Moçambique, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde ou em Macau, mas para Barbosa Lima Sobrinho este destino estaria apenas em Portugal e isso demonstraria uma estreiteza de visão. Para Wilson Martins, a visão de Lima Sobrinho revelava um complexo colonial que tinha como base a condição metropolitana de Portugal, pois Angola e Moçambique eram maiores do que Portugal tanto demograficamente, como territorialmente. No entanto, política e literariamente, para Lima Sobrinho, “Portugal era o império português”²³. Wilson Martins estava convicto de que o futuro linguístico do Brasil não dependia da harmonização com o português de Portugal. Nas franjas do discurso de Lima Sobrinho, percebe-se um rastro colonial, pois ele não reconhecia a diversidade dialetal do português brasileiro, nem o seu processo de historicização, isto é, o português brasileiro e o português de Portugal haviam sido construídos a partir de “imaginários linguísticos de povos culturalmente destintos²⁴”, sendo, portanto, diferentes. A ideia de uma unidade linguística entre o português do Brasil e o português de Portugal tinha como base o século XVIII e a instituição do Decreto Real - Diretório dos Índios, de três de maio de 1757, criado pelo Marques de Pombal e promulgado por Mendonça de Furtado, governador do Grão-Pará (atualmente, estado de Pará), em 17 de agosto de 1758. A instituição do Diretório objetivava forjar uma política linguística com o objetivo de construir uma unidade linguística. E essa homogeneidade linguística era “imaginariamente necessária à hegemonia do português na colônia”. (MARIANI, 2018, p.129). O diretório vigorou por 40 anos e foi aplicado em todo o território brasileiro.

No artigo *1822, pátria independente: Outras palavras*²⁵, Mariani e Sousa referem que, nos séculos XVIII e XIX, a afirmação nacional do Brasil passou pela língua, mas foi com a independência do Brasil, em 1822, que o debate sobre a independência linguística ganhou força, por meio de nomes como José de Alencar e Gonçalves Dias. No livro *Colonização Linguística e Outros Escritos*, Bethânia Mariani explica que:

²³ *O Estado de São Paulo*, 15/11/1958, p.2

²⁴ MARIANI, Bethânia B.C. *Colonização Linguística e Outros Escritos*, New York, United States of America: Peter Lang Verlag. 2018, p.159. Disponível em: (2) Colonização Linguística e outros escritos | Bethânia Mariani - Academia.edu. Acesso em: 17 de junho de 2024.

²⁵ MARIANI, Bethânia B.C. e SOUSA, Tânia C.C. de. 1822, Pátria Independente: Outras Palavras?. In *Organon*. “Questão de Lusofonia”. Nº 21. Volume 08. Porto Alegre, UFRGS, 1994, P.43-52. Disponível em: hals,+digitalizar0005 (4).pdf. Acesso 17 de junho de 2024.

[...] embora a declaração da independência ocorra apenas na segunda década do século XIX, pode-se falar de um português brasileiro sendo constituído desde antes. Mas é no oitocentos que uma resistência frente à colonização linguística toma uma forma política mais visível, colocando em causa a subordinação imposta por Portugal ao falar do Brasil. Luta-se tanto pelo nome da língua falada na ex-colônia quanto pela defesa das práticas discursivas vigentes; luta-se pelo que foi fruto de uma outra história linguística, cujo início se deu com o confronto entre diferentes línguas, cada uma com sua memória. (MARIANI, 2018, p.7).

Bethânia Mariani, no artigo *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira: O Diretório de Pombal segundo Celso Cunha*²⁶, defende que no século XIX, três formações discursivas vão disputar o sentido e o imaginário da língua falada no Brasil. São elas: Os escritores românticos de que José de Alencar é um dos grandes representantes. Os gramáticos e a lei - Os deputados da Assembleia constituinte de 1823.

No saldo da polêmica travada no século XIX, constata-se a vitória da formação discursiva dos gramáticos. Numa perspectiva purista, eles queriam preservar o *bom português* e este era o *dos escritores de boa nota* do século XVI. Do século XIX aos dias de hoje, ainda é possível detectar o predomínio da formação discursiva dos gramáticos sobretudo no que se refere ao ensino. (MARIANI, 1994, p.136).

Antonio Candido (2000) destaca o papel da literatura na reivindicação e explica que, após a independência, a atividade literária passou a ser pensada como uma atividade que poderia auxiliar na construção de um país livre. Apesar da imposição jurídica da língua portuguesa, a literatura foi um instrumento vital na textualização da oralidade, no resgate dos múltiplos falares. Em 1872, José de Alencar, com o pseudônimo de Senio, em *Bênção Paterna*²⁷, prefácio do romance *Sonho d'ouro*, buscava rasgar os trajes coloniais da literatura e abraçar cada vez mais a língua portuguesa e assim expressa seu ponto de vista:

[...] Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil coisa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta que nos mandam em lata. Tinha bem que ver, se eu desse ao carioca, esse parisiense americano, esse ateniense dos trópicos, uma paródia insulsa dos costumes portugueses, que entre nós saturam-se de dia em dia do gênio francês. [...] A manga, da primeira vez que a prova, acha-lhe o estrangeiro gosto de terebentina; depois de habituado, regala-se com o sabor delicioso. Assim acontece com os poucos livros realmente brasileiros: o paladar português sente neles um travo; mas se aqui vivem conosco, sob o mesmo clima, atraídos pelos costumes da família e da pátria irmã, logo ressoam docemente aos ouvidos lusos os nossos idiotismos brasileiros, que dantes lhes destoavam a ponto de os ter em conta de senões. [...] O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual

²⁶ MARIANI, Bethânia S. C. Língua Portuguesa e Realidade Brasileira: O Diretório de Pombal segundo Celso Cunha. In *Organon*. Porto Alegre, UFRGS, 1994, disponível em: Vista do LÍNGUA PORTUGUESA E REALIDADE BRASILEIRA: O DIRETÓRIO DE POMBAL SEGUNDO CELSO CUNHA* (ufrgs.br) Acesso 18 de junho de 2024.

²⁷ ALENCAR, José de. *Bênção Paterna*. 1872, p. 8. Disponível em: bc3aanc3a7c3a3o-paterna-prefc3a1cio-de-sonhos-doiro-j-a.pdf (wordpress.com). Acesso 23 maio 2024.

pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?
(ALENCAR, 1872, p.8)

Mariani e Sousa (1994) explicam ainda que, no século XIX, a gramática de Francisco José Freire, intitulada *Reflexões sobre a língua portuguesa*, era “considerada uma das descrições mais fiéis e adequadas da verdadeira língua portuguesa, pois pautava-se nos clássicos seiscentistas²⁸”. Ao longo desse século o português brasileiro, na visão de alguns gramáticos, era considerado “desvios ao ‘bom português”.

Para Mário de Andrade, abraçar a língua portuguesa era uma luta que estava a ser travada. Em carta a Pedro Nava²⁹, Mário de Andrade celebra a coragem deste autor em filiar-se a essa trincheira:

Versos, carta, a Revista... Vamos a ver se dou conta de tudo nesta manhã. Você também está tentando por seu lado uma solução de língua brasileira que corresponda ao nosso caráter realidade função etc. Faz mais que bem. Dou-lhe meus parabéns pela coragem de entrar nessa luta. (...) Do abraço de linguagem de você tenho duas observações: você está acentuando todos os prs. Isso traz confusão Nava. Acentue só quando tiver contração com artigo. Vou prá escola. Me dê pra mim. Não acha razoável? A outra observação é sobre *estar* que você escreve *star*. Realmente nós pronunciamos assim mesmo: tar. Não posso ir tou pronto, por estou pronto, sem dinheiro. Porém a gente não deve se esquecer que não estamos fazendo uma fotografia do falar oral, e sim uma organização literária (Em todas as línguas sempre teve um falar oral diferenciado da linguagem erudita) baseado apenas no falar comum que inconscientemente condiciona a língua às precisões de raça clima época etc. D’áí o valor desse falar popular. (ANDRADE, 1982, p.54).

Mário de Andrade, ao defender o abraço da língua portuguesa, legitimou a riqueza do falar popular. A poesia modernista tenta captar esse movimento dinâmico e vivo que tem a língua. Vemos, na poesia modernista, o resgate dos principais agentes dessas dinâmicas – os falantes. Essa opção política e linguística, que tem como ápice os anos 20 do século XX, vai evidenciar e marcar o afastamento entre o português brasileiro e o português europeu. É a historicidade da variante do português brasileiro que o Modernismo recupera. Como mostra o poema *Pronominais*, de Oswald de Andrade:³⁰

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno

²⁸ Bethânia B.C. Marini e Tânia C.C. de Sousa. “1822, Pátria Independente: Outras Palavras?”. In *Organon*. “Questão de Lusofonia”. Nº 21. Volume 08. Porto Alegre, UFRGS, 1994, p.47-48. Disponível em: [hals,+digitalizar0005 \(4\).pdf](https://doi.org/10.23927/revihgb.v.185.n.495.2024.190). Acesso 17 de junho de 2024.

²⁹ ANDRADE, Mário de. *Correspondência Contumaz*: Cartas a Pedro Nava, 1925-1944. Edição preparada por Fernando da Rocha Peres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.54.

³⁰ ANDRADE, Oswald de. *Pronominais*. In: _____. *Pau Brasil*. Edição fac-símile. Lisboa: A Bela e o Monstro, Edições. 2014, p.77-78.

E do mulato sabido
Mas o negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

Se para Wilson Martins, o Modernismo foi uma revolução, para Paulo Mendes de Almeida, a Semana de 1922 “foi o primeiro movimento coletivo no sentido da emancipação das artes e da inteligência brasileira” (*O Estado de São Paulo*, 26/7/1958, p.6). Memorialista, o texto de Paulo Mendes de Almeida recupera os nomes que na literatura e na pintura animaram a pacata cidade de São Paulo e traz um depoimento de Mário de Andrade, no qual o autor de *Macunaíma* explica que não sabia quem tinha tido a ideia de realizar a semana:

Quem teve a ideia da Semana de Arte Moderna? Por mim não sei quem foi, nunca soube, só posso garantir que não fui eu. O Movimento alastrando-se aos poucos, já se tornara uma espécie de escândalo permanente. Já tínhamos lido nossos versos no Rio de Janeiro; e numa leitura principal, em casa de Ronald de Carvalho, onde também estavam Ribeiro Couto e Renato Almeida, numa atmosfera de simpática, “Paulicéia Desvairada” obtinha o consentimento de Manuel Bandeira, que em 1919 ensaiara os seus primeiros versos livres no “Carnaval”. E eis que Graça Aranha, celebre, trazendo da Europa sua “Estética da Vida”, vai a São Paulo, e procura nos conhecer e agrupar em torno da sua filosofia. Nós nos ríamos um bocado da “Estética da Vida” que ainda atacava certos modernos europeus da nossa admiração, mas aderimos francamente ao mestre. E alguém lançou a ideia de se fazer uma semana de arte moderna. (*O Estado de São Paulo*, 26/7/1958, p.6)

Mário de Andrade destaca como grande nome da Semana de Arte Moderna Paulo Prado e explica que só uma cidade grande e provinciana como São Paulo poderia realizá-la. No entanto, para Paulo Mendes de Almeida, a Semana foi fruto de um esforço coletivo e que Oswald de Andrade e Mário de Andrade foram os expoentes máximos dessa realização: “Mário era ruminante. Desconfiava do fácil e da própria facilidade. Era um homem de pensar e repensar. A ele, pois, se adequava, perfeitamente, o papel de teorista documentado. Oswald, ao contrário, se entregava às primeiras ideias”. (*O Estado de São Paulo*, 26/7/1958, p.6)

Mário de Andrade seria o cimento e Oswald de Andrade, a areia. Mas, para Paulo de Almeida, mais importante do que saber quem teve a ideia de realizar a Semana de Arte Moderna, era compreender o objetivo a que ela se propunha. A ânsia de mudar foi um ponto fulcral, embora não se precisasse ao certo que caminho se estava a seguir. Explica ainda que o sentimento de nacionalidade era uma constante, bem como o desejo de redescobrir o Brasil; no entanto, adverte que só posteriormente o Brasil seria desvendado pelos romancistas de 1930 e que o sociólogo de *Apipucos* - Gilberto Freire - explicou isto através da sociologia.

Se a questão da autoridade sobre a norma linguística era central e, nesse sentido, a afirmação de uma autonomia em face de Portugal era inevitável, o certo é que a luta é, sobretudo, interna, contra as elites acadêmicas e literárias brasileiras, e as tradições parnasianas e simbolistas. Mas, também, vai ser um palco de confronto entre vários projetos, que têm a língua como elemento fulcral.

Nos suplementos, encontramos múltiplos olhares sobre a Semana de Arte Moderna. Ledo Ivo, em *O Caminho dos Búfalos*, publicado no *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de São Paulo*, abre seu artigo com o excerto de um ensaio do escritor paraibano José Lins do Rego, onde se lê: “Para nós de Recife, essa semana de Arte Moderna não existiu”³¹.

Ledo Ivo ressalta a amizade existente entre Lins do Rego e Gilberto Freyre. Nos anos 20, o autor de *Casa Grande & Senzala* tinha chegado recentemente da Europa e dos Estados Unidos e foi o convívio com Lins do Rego que fez com que o autor de *Menino do Engenho* se ligasse ao regionalismo. É Gilberto Freyre que abre os olhos de Lins do Rego para o Nordeste açucareiro e para a tradição regionalista. Enquanto os modernistas buscavam um ideal estético, Gilberto Freyre, devido a sua especialização, sustentava a adoção do regionalismo e priorizava os aspectos socioeconômicos e antropológicos, isto é, a questão ideológica. Ledo Ivo apresenta de modo sucinto a tensão existente entre modernistas e regionalistas – eis a riqueza de leituras que podemos encontrar nos suplementos literários. Ângulos diferentes e modos diversos de contar uma mesma história.

Ledo Ivo conta ainda que Lins do Rego, no início da sua carreira literária, ligara-se ao Modernismo através da “inconformação diante dos padrões artísticos da época”³². No entanto, adverte que via o romance *Menino do Engenho* como uma oposição às ideias modernistas e conta que a geração de Lins do Rego, isto é, Raquel de Queiroz, Jorge Amado e Graciliano Ramos, tinha trazido uma dupla novidade para a literatura brasileira na linguagem e na denúncia social, e que essa descoberta do Brasil, feita pelos escritores regionalistas, fez com que Oswald de Andrade denominasse estes literatos de Os Búfalos do Nordeste.

Wilson Martins traz, em seu texto, a tensão entre gramáticos e modernistas; Ledo Ivo traz, em seu artigo, a tensão entre modernistas e regionalistas e aí traz mais um excerto escrito por Lins do Rego:

O movimento literário que se irradia no Nordeste muito pouco teria que ver com o modernismo do Sul. Nem mesmo em relação a língua de Mário de Andrade em *Macunaíma* nos pareceu tão arrevesada quanto a dos sonetos de Alberto Oliveira. A

³¹ *O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3.

³² *O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3.

língua que Mário de Andrade quis introduzir com o seu livro é uma língua de fabricação; mais um arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito” - e completa – “Este livro de Mário de Andrade é um repositório do folclore, o livro mais cerebral que já se escreveu entre nós. Se não fosse o autor um grande poeta, seria o Macunaíma uma coisa morta, folha seca, mais um fichero de erudição folclórica do que um romance. (*O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3).

Luís Bueno, no livro *Uma História do Romance de 30*, fala da tensão entre os escritores modernistas e escritores regionalistas e afirma que, apesar das tensões, tanto Mário de Andrade, como José Lins do Rego ansiavam por uma “língua literária despida dos atavios da forma”³³. Para Bueno, Lins do Rego consegue em seus romances uma língua natural, diferente da de Mário de Andrade. Como exemplo, relata que o romance *Macunaíma*, publicado em 1928, só ganhara uma nova edição em 1937, ao passo que Lins do Rego vendeu milhares de exemplares e suas obras tiveram inúmeras edições.

Para Ledo Ivo, Mário de Andrade replicava uma “língua de fabricação”³⁴, enquanto Lins do Rego uma “língua de fabricação do povo”³⁵:

É preciso, porém, reconhecer que foi o modernismo através de seus postulados de liberdade e pesquisa e da criação artística, valorização de um critério de expressão antiacadêmico, que desbravou o caminho pelo qual passariam os búfalos. (*O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3).

Em 1974, João Luís Lafetá, no livro *1930: A Crítica e o modernismo*,³⁶ defendeu a tese de que “o Modernismo se desdobrou como passagem do ‘projeto estético’ dos anos de 1920 ao ‘projeto ideológico’ dos anos de 1930”. (LAFETÁ, 2000, p.8). O Modernismo foi o responsável pela libertação linguística, logo, os escritores regionalistas beneficiaram desta transformação. A este propósito, no ano 1980, Antonio Candido, em *A Revolução de 1930 e a Cultura*,³⁷ afirmou que os anos 20 do século XX “foi uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças”. (CANDIDO, 1980, p.27). Ainda de acordo com este crítico brasileiro, os anos 20 propiciaram:

O enfraquecimento progressivo da literatura acadêmica; da aceitação consciente ou inconsciente das inovações formais e temáticas; do alargamento das “literaturas regionais” à escala nacional; da polarização ideológica. Até 1930 a literatura predominante e mais aceita se ajustava a uma ideologia de permanência, representada sobretudo pelo purismo gramatical, que tendia no limite a cristalizar a língua e adotar como modelo a literatura portuguesa. Isto correspondia às expectativas oficiais de uma cultura de fachada, feita para ser vista pelos estrangeiros, como era em parte a da

³³ Bueno, 2006, p.62.

³⁴ *O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3.

³⁵ *O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3.

³⁶ João Luís Lafetá. *1930: A Crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p.8. Disponível em: (PM6) 1930-ACEOM (wordpress.com). Acesso 22 de julho de 2023.

³⁷ Antonio Candido. *A Revolução de 1930 e a Cultura*, 1980, p.27-30. Disponível em: ANTONIOCANDIDO_Revolucao30eaCultura.pdf (usp.br). Acesso 22 de julho de 2023.

República Velha. (...) A incorporação das inovações formais e temáticas do modernismo ocorreu em dois níveis: um nível específico, no qual elas foram adotadas, alterando essencialmente a fisionomia da obra; e um nível genérico, no qual elas estimulavam a rejeição dos velhos padrões. Graças a isto, no decênio de 1930 o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão, fato notório mesmo nos que ignoravam, repeliam ou passavam longe do modernismo. (CANDIDO, 1980, p.29).

No plano cultural, a literatura brasileira vai auxiliar não só na criação de uma ideia de Brasil, mas também na compreensão da realidade brasileira e da diversidade linguística da língua portuguesa. Os modernistas recuperam a “língua errada do povo, língua certa do povo”³⁸ e a colocam a serviço da literatura. Essa riqueza do falar popular rompeu barreiras e autorizou os brasileiros a celebrarem as múltiplas línguas portuguesas. Viva, a língua é heterogênea e complexa. Recria-se e desdobra-se fonética e semanticamente.

Entretanto, no outro lado do Atlântico, Álvaro Salema afirmava que a literatura brasileira iria cada vez mais se diferenciar do “velho tronco clássico lusitano”, mesmo vendo na escrita machadiana uma continuidade da literatura portuguesa.³⁹ Em sentido muito geral, a cultura brasileira das classes não populares teve, no Brasil oitocentista, uma ligação estreita com a cultura portuguesa e, portanto, parte das raízes brasileiras estão aí; mas há a outra grande parte, aquela que os modernistas de 1922 destacariam, e essa nada tem a ver com a cultura portuguesa. Em 1953, esse distanciamento, bem como essa diferenciação já eram uma realidade.

Álvaro Salema acreditava que a língua era um organismo vivo e estava sempre a revitalizar-se pelas forças juvenis. No entanto, ele pensava que a literatura se diferenciava mais rapidamente do que a língua. Atestam os estudos sociolinguísticos, a exemplo da obra *Linguística Histórica. uma introdução ao estudo da história das línguas*, de Carlos Alberto Faraco, que as línguas estão em constantes movimentos, que transcorrem de forma lenta e gradual, motivo pelo qual temos dificuldade de percebê-los. A percepção só é possível quando comparamos momentos distintos (e distantes) de sua história. A maior ou menor lentidão do processo é decorrente da velocidade das alterações do contexto sócio-histórico. Outro fator relevante é que a mudança linguística pressupõe variações no tempo (diacrônicas), no espaço (diatópicas), no estrato social (diastráticas) e no uso formal/informal (diafásica) e não resultam de uma decisão individual, uma vez que ela acontece de forma inconsciente e coletiva.

³⁸ BANDEIRA, 1998, p.213.

³⁹ SALEMA, Álvaro. *O Apelo de Machado de Assis*, suplemento literário “Cultura e Arte”, *O Comércio do Porto*, 10/3/1953.

Quanto ao uso que fazemos da língua, convém observar outro fator de suma importância, que é a diferença de modalidade de uso entre língua escrita e língua falada. Nessas duas modalidades, o contexto determina uma diferença de uso. Enquanto a língua falada flui continuamente, a língua escrita (que não é mera transcrição da fala), por sua natureza, tem um caráter mais permanente e está menos sujeita a alterações. Como a literatura tem como base um uso formal e padronizado da modalidade escrita da língua, está sujeita também aos elementos internos e externos que a circundam, mas a mudança ocorre de forma muito mais lenta. Ainda conforme Álvaro Salema:

Depois de Eça de Queiroz nunca mais foi possível invocar qualquer influência de escritores portugueses na literatura brasileira; e, pelo contrário, se há influências recíprocas a considerar, depois do grande renovador da língua e da arte literária portuguesas no século XIX, a que mais avulta é a da literatura populista brasileira nos escritores modernos do nosso País que trouxeram alguma coisa de novo à criação e à projecção humana do romance. Nesta contemporânea e tantas vezes mistificada história das relações literárias entre Portugal e o Brasil, é ainda a figura de Machado de Assis um elo perfurável a ligar as duas literaturas, condenadas a cissiparidade que talvez não seja desejada, mas que está na própria natureza do fenómeno social em todas as suas formas. Machado de Assis, sem que muitas vezes o reconheçam os que mais lhe devem continua a exercer uma influência formidável na literatura brasileira deste século. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6.)

Salema considerava Machado de Assis o maior escritor da literatura brasileira e o responsável por colocar o conto e o romance brasileiro no movimento das letras europeias e americanas. É certo que Machado de Assis tinha respeito pelo vernáculo português e foi contaminado pelas leituras dos clássicos da literatura portuguesa, a exemplo de Castilho, António Vieira, Garrett, Camões, Herculano entre outros. Álvaro Salema defendia que o estilo, a mentalidade e a cultura de Machado de Assis “eram raízes acentuadamente portuguesas”. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6). De fato, o estilo de Machado de Assis lembra o estilo de vários autores portugueses do século XIX e também alguns temas e desenvolvimentos narrativos, embora em cenários naturais e sociais bem diferentes daqueles dos escritores portugueses. Para Salema, sem os contos e romances de Machado de Assis, a literatura brasileira teria se afastado cada vez mais da literatura portuguesa:

Dele poderiam dizer os escritores em língua portuguesa de além-Atlântico o que Dostoievsky dizia de Gogol, emparceirando com Turguenef e Tolstoi: “Todos nós nascemos do ‘Capote’ de Gogol”. Toda a literatura brasileira dos últimos oitenta anos, com exceção da poesia, nasceu de “Quincas Borbas” e das “Memórias póstumas de Braz Cubas”; e se nela se infiltram influências francesas, inglesas e, sobretudo nos últimos anos, norte-americanas – é ainda a sombra curvada, discreta e melancólica de Machado de Assis que continua de longe a reger os destinos de uma arte que não tem fundamentos nacionais muito mais profundos em que assentar o seu destino de voluntária ou involuntária autonomia. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6).

E considera ainda que Machado de Assis mereceria ser largamente lido e que a “ação perduravelmente *lusitanizante* que tem exercido nos escritores do seu país devia torná-lo particularmente grato aos portugueses de hoje, como os do passado e aos de um extenso futuro ainda a entrever”. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6). Essa tal “ação perduravelmente lusitanizante”. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6.), de que fala, dava-se pela linguagem comum aos escritores portugueses do século XIX.

Referindo-se ao autor de *Memória Póstumas de Brás Cubas*, considera que era pouco lido em Portugal e estava distante do grande público pela falta de edições que o pudessem vulgarizar e continuar “a impregnar de portuguesismo a literatura brasileira de ontem e de hoje⁴⁰”. Machado de Assis seria, portanto, o escritor que servia a continuidade da presença estética e espiritual de Portugal no Brasil. Ao insistir nesse elo, Salema procura contrariar um movimento então imparável de afastamento, não entre as literaturas dos dois países, mas entre as normas linguísticas. Tinha-se, entretanto, de estabelecer um acordo ortográfico que o Brasil não aceitara subscrever e, desde 1943, afirmara-se fortemente uma norma culta brasileira que já não reconhecia a autoridade portuguesa. O episódio que Raquel de Queiroz conta na revista *O Cruzeiro*, em 1955, é um exemplo desse afastamento, marcado por preconceitos, desconhecimentos mútuos e estreiteza de visão. O caso é contado em forma de carta a um editor português.⁴¹”

...A necessidade que se impõe para uma edição portuguesa de obras de autores brasileiros, de certas e inofensivas alterações, como sejam a deslocação de pronome (em certos casos), harmonização da ortografia com as determinações do Acôrdo Luso-Brasileiro – que em Portugal é cumprido, e uma ou outra substituição de termos pouco usados em Portugal ou que tenham sentido diferente daquele que o autor lhe quis dar. (*O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114).

Aos leitores de *O Cruzeiro*, explica que um editor português lhe havia solicitado permissão para publicar os seus livros, mediante algumas condições. Ela lhe responde nestes termos: “a resposta que tenho a dar ao prezado editor português é a mesma que já lhe deu, tempos atrás, meu editor José Olímpio: - Muito obrigado, mas, assim, não⁴².”

José Olympio Pereira Filho, a quem se refere Raquel de Queiroz, foi o maior editor e livreiro brasileiro do vinténio 1930-1950. A *Livraria José Olympio Editora* editou a geração de Raquel de Queiroz no Brasil e em Portugal, bem como impulsionou o nascimento da *Editora*

⁴⁰ *O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6.

⁴¹ Raquel de Queiroz. “Carta a um editor português”, revista *O Cruzeiro*, 10 setembro de 1955, p. 114. Disponível em *O Cruzeiro: Revista (RJ) - 1928 a 1985 - DocReader Web (bn.br)*. Acesso 20 junho de 2023

⁴² *O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114.

Livros do Brasil, de Souza Pinto, responsável por publicar a geração de Raquel de Queiroz em Portugal, destacando-se pela difusão das letras brasileira e tendo, de 1944 a 1993, publicado 107 obras de autores brasileiros.⁴³

Nos suplementos literários, vemos os diálogos estabelecidos por meio dos impressos e o modo como eles vão agrupar ou separar tais agentes. Adolfo Casais Monteiro leu o artigo de Raquel de Queiroz publicado na revista *O Cruzeiro* e, a 8 de novembro de 1955, no suplemento literário *Cultura e Arte*, do jornal *O Comércio do Porto*, em resposta ao tal editor português de quem falou Raquel de Queiroz, publicou o artigo *Brincadeira de Mau Gosto*:

É a pura verdade que nós, portugueses, usamos o qualificativo “imbecil” a torto e a direito, como notava com espírito Paulo Duarte ainda há pouco; mas acontece, como ele próprio reconhecia no caso em questão que o “imbecil” é, por vezes, imbecil mesmo...Vale mais, contudo, e é uma lição que bem podemos aprender com o brasileiro, levar o caso para a graça, e deixar os nomes feios no tinteiro. Ou nem levar para graça, e fazer de conta que se trata da coisa mais natural do mundo, à qual se pode responder sem qualificar os actos ou as pessoas. Foi esta a lição que aprendi de um dos maiores escritores brasileiros da actualidade, Raquel de Queiroz, com o seu artigo recente “Carta a um editor português”, em “*O Cruzeiro*”⁴⁴. (*O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5).

A solicitação das alterações pelo tal editor português suscita em Raquel de Queiroz algumas interrogações: “será verdade, realmente que o público português não entende a língua portuguesa do Brasil, tal como a falamos?”⁴⁵. A segunda interrogação feita pela autora é: “Não haverá, na idéia dessas alterações, mais uma questão de prestígio do que de necessidade?”⁴⁶. Explica que convivia com inúmeros portugueses, dentre eles, parentes e amigos, e eles nunca se tinham desentendido “por incompreensão ou modismos”.⁴⁷

A autora de *O Quinze* acrescenta ainda que, embora o Brasil seja grande e mesmo com as inúmeras variantes regionais existentes no país, um editor do Sul jamais pediria a um editor do Norte para fazer alterações nos textos de autores do Norte para que os leitores do Sul os compreendessem. Em Portugal, também há variantes regionais ou dialectos. Pegando boleia no texto de Raquel de Queiroz, indaga Adolfo Casais Monteiro:

Mas, pergunto, que será a literatura para esse sujeito? Julga ele que as obras literárias se destinam a servir de textos nas escolas primárias, e que é necessário não atrapalhar as criancinhas com expressões ou construções alheias ao seu elementar conhecimento da

⁴³ Ver a tese de Gilberto Gilvan Souza Oliveira. *Invenção Autoral nas Bordas dos Livros: Os percursos editoriais dos escritores brasileiros na coleção Livros do Brasil (1940 – 1970)*. Fortaleza, 2022, p.19. Disponível em repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/69696/3/2022_tese_ggsoliveira.pdf. Acesso 01 de junho de 2023

⁴⁴ *O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5

⁴⁵ *O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114.

⁴⁶ *O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114.

⁴⁷ *O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114.

língua? Julgara ele, realmente, que os escritores portugueses do Sul podem ser lidos pelos portugueses do Norte sem o risco de depararmos com termos “que tenham sentido diferente daquele que o autor lhe quis dar”?! Afinal é a mesma observação que lhe faz Raquel de Queiroz. (*O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5).

Embora o artigo de Casais Monteiro tenha sido escrito quase dois meses depois do de Raquel de Queiroz, vemos como os diálogos entre os impressos mantêm vivos temas que aparentemente já se tinham sido encerrados. O autor de *Europa* pede desculpas a Raquel de Queiroz em nome de todos os portugueses que a admiram e diz sentir-se envergonhado. Buscando aproximar o debate do público, o presencista dialoga com o leitor e busca situá-lo no assunto.

Mas o leitor não sabe talvez do que se trata. Eu conto: um editor português, interessado em publicar as obras de Raquel de Queiroz em edição portuguesa, pospôs-lhe nem mais nem menos do que “certas inofensivas alterações como sejam a deslocação de pronomes (em certos casos), harmonização da ortografia com as determinações do Acordo Ortográfico. (...) Eis ao que a Raquel de Queiroz se recusou - e ainda bem; sem se indignar como seria seu pleníssimo direito, com uma generosidade que ainda me faz subir ao rosto uma vermelhidão que decerto nem foi cor de rosas nas faces desse... (bem lá me ia a escapar um nome feio), desse sujeito que é editor e se julga no direito de passar o diploma de idiota a todos os patrícios. (*O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5).

Sem pejo, esclarece Casais Monteiro que o público português entende o português brasileiro, portanto escusa a gentileza que o tal editor pretendia fazer aos leitores de Portugal. “Esquece ele que a literatura brasileira se tornou popular entre nós, graças precisamente aos escritores da geração de Raquel de Queiroz⁴⁸”

O Brasil é grande, todos o sabemos. E os cinquenta e tantos milhões de brasileiros falamos e escrevemos de inúmeras maneiras a língua que nos deu Portugal. Compare-se um texto de Simões Lopes a outro de José Lins do Rego e notar-se-ão as infinitas diferenças que separam os dois, no vocabulário e na sintaxe. Mas ousaria um editor do Norte ou do Sul propor alterações nas páginas do Paraibano para que “o entendessem” os gaúchos, ou nas do gaúcho para que o entendessem os Paraibanos? Meu caro editor português talvez, essa ideia o irrite, mas a verdade é que, hoje, a sua língua é um património tanto nosso como seu. Sei que o trabalho de formá-la, assim bela e nobre, foi dos portugueses. Mas, também, já há quatrocentos anos que a amamos e a apuramos ao nosso modo. Nem tinha ela mais idade quando a usou Camões. (*O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114).

Raquel de Queiroz traz em seu texto um ponto fulcral: a língua portuguesa é património tanto do Brasil, como de Portugal. Já Casais Monteiro explica que “a linguagem do escritor não obedece às mesmas exigências que a fala simplificada suficiente para comprar e vender batatas,

⁴⁸ *O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5

prédios ou o jornal da manhã”⁴⁹. E conclui, a dizer que “a literatura vale precisamente pelo enriquecimento constante, pelas diferenças, pela renovação”⁵⁰ Tem toda razão Raquel de Queiroz em não considerar “um serviço de aproximação das duas culturas” esse sistema das correções.

A língua portuguesa, como todas as línguas, será um espaço de disputa e de luta pela representação em torno das práticas intelectuais tanto no século XIX, como em meados do século XX. Afirmar a diferença do português falado e escrito no Brasil, em relação ao português falado e escrito em Portugal correspondia ao desejo de afirmar uma forma literária que fosse brasileira, uma cultura, uma existência autônoma, que passou pela língua.⁵¹

Referências

ALENCAR, José de. *Benção Paterna*. 1872, p. 8. Disponível em: bc3aanc3a7c3a3o-paterna-prefc3a1cio-de-sonhos-doiro-j-a.pdf (wordpress.com). Acesso 23 maio 2024.

ANDRADE, Mário de. *Correspondência Contumaz: Cartas a Pedro Nava, 1925-1944*. Edição preparada por Fernando da Rocha Peres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.54.

ANDRADE, Oswald de. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade), p.12.

_____. *Falação*. In: _____. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo. 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade), p.102.

_____. *Vício de fala*. In: _____. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade), p.119.

_____. *Pronominais*. In: _____. *Pau Brasil*. Edição fac-símile. Lisboa: A Bela e o Monstro, Edições. 2014, p.77-78.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. *Jornal Novo Mundo*, 24 de março de 1873, p.107. Disponível em: per122815_1873_00030.pdf (bn.gov.br)

⁴⁹ *O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5.

⁵⁰ *O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5.

⁵¹ Duas gramáticas brasileiras lançadas recentes a *Gramática do português brasileiro*, de Mário A. Perini e a *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho estarão voltadas para a descrição do português brasileiro. “essas duas obras rompem com a tradição de vincular sempre o estudo gramatical da língua da maioria dos brasileiros à comparação entre essa língua e a língua dos portugueses” Já em “*Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*”, Marcos Bagno considera “O português brasileiro uma língua autônoma (e não como uma “variedade” do português europeu), dentro de um grupo de línguas” a que chama “portugalego”. Ver Marcos Bagno. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p.21. Disponível em: [BAGNO_GramaticaPedagogicaDoPortuguesBrasileiro\[Introducao\].pdf](https://BAGNO_GramaticaPedagogicaDoPortuguesBrasileiro[Introducao].pdf) (usp.br)



ATHAYDE, Tristão de. Neo-Modernismo. *A Manhã*, 24/8/1947, p.4. Disponível em: Letras e Artes: Suplemento de A Manhã (RJ) - 1946 a 1954 - DocReader Web (bn.br). Acesso 26 de junho de 2023.

BANDEIRA, Manuel. *Evocação do Recife*. In: _____. *Poesia Completa e Prosa* (Volume único). Biblioteca Luso-Brasileira. Série brasileira. Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1998. p. 213.

BARBOSA, Rolmes. “História do Modernismo Brasileiro”. Sessão: “A Semana e os Livros”. *Jornal O Estado de São Paulo*, 7 de fevereiro de 1959, p.4. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br) Acesso 8 de agosto de 2023

CAMPOS, Haroldo de. *Uma poética da radicalidade*. In: Oswald de Andrade. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade).

CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2000. p. 26. Disponível em 117023824-candido-antonio-formacao-da-literatura-brasileira-vol-1-e-2.pdf (wordpress.com). Acesso 23 de agosto de 2023.

_____. Movimento geral da literatura contemporânea. *O Tempo e o Modo*, 1.º série, Cad. 1, pp. 83-88. Disponível em Revistas de Ideias e Cultura - O Tempo e o Modo - A Revista. Acesso 28 de junho de 2023.

_____. *A Revolução de 1930 e a Cultura*, 1980, p.27-30. Disponível em: (Microsoft Word - A_REVOLU\307\303O_DE_1930_E_A_CULTURA_ANTONIO_C\302NDIDO_04_ABRIL_1\205) (usp.br). Acesso 22 de julho de 2023.

COUTINHO, Afrânio. *A Tradição Afortunada: o Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira*. Jose Olympio Editora, São Paulo. 1968, p. 169-170.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.30. Disponível em: Faraco, Carlos Alberto - Linguística Histórica.pdf (usp.br). Acesso 01 de junho de 2024.

LAFETÁ, João Luís. *1930: A Crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p.8. Disponível em: (PM6) 1930-ACEOM (wordpress.com). Acesso 22 de julho de 2023.

MARINI, Bethânia B. C. *Colonização Linguísticas e Outros Escritos*, New York, United States of America: Peter Lang Verlag. 2018, p.159. Disponível em: (2) Colonização Linguística e outros escritos | Bethânia Mariani - Academia.edu. Acesso em: 17 de Junho de 2024.

_____; SOUSA, Tânia C.C. de. 1822, Pátria Independente: Outras Palavras?. In *Organon*. “Questão de Lusofonia”. Nº 21. Volume 08. Porto Alegre, UFRGS, 1994, P.43-52. Disponível em: hals,+digitalizar0005 (4).pdf. Acesso 17 de junho de 2024.

_____. Língua Portuguesa e Realidade Brasileira: O Diretório de Pombal segundo Celso Cunha. In: *Organon*. Porto Alegre, UFRGS, 1994, disponível em: Vista do



LÍNGUA PORTUGUESA E REALIDADE BRASILEIRA: O DIRETÓRIO DE POMBAL
SEGUNDO CELSO CUNHA* (ufrgs.br) Acesso 18 de junho de 2024

MARTINS, Wilson. Filologia Portuguesa. *O Estado de São Paulo*, sessão: últimos livros, 19 de outubro de 1957, p.2. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br)

_____. Última flor do Lácio. *O Estado de São Paulo*, 15/11/1958, p.2. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso 16 de junho de 2023.

MIRANDA, Adalmir da Cunha. Mario em “Estética”. *O Estado de São Paulo* 6/12/1958, Literatura Brasileira. p. 4. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso: 9 de agosto de 2023.

QUEIROZ, Raquel de. Carta a um editor português, *O Cruzeiro*, 10 setembro de 1955, p. 114. Disponível em *O Cruzeiro* : Revista (RJ) - 1928 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso 20 junho de 2023

SALEMA, Álvaro. *O Apelo de Machado de Assis*, suplemento literário “Cultura e Arte”, *O Comércio do Porto*, 10/3/1953.

SARAIVA, Arnaldo. *A Língua Portuguesa e o Modernismo Brasileiro (o exemplo de Carlos Drummond de Andrade)*. In: *Arquivos do Centro de Cultural Português*. V. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1970, p.623.

FONTES

Jornal *O Estado de São Paulo* (1956-1960)

Jornal *O Comércio do Porto* (1955-1960)

Jornal *A Manhã*, (RJ) (1947-1950)

Revista *O Tempo e o Modo* caderno 1 [1967]

Revista *O Cruzeiro* (1955)